

NOTAS SOBRE A POSIÇÃO PRADIANA FRENTE À TESE DO FEUDALISMO BRASILEIRO

CAIO RODRIGUES SCHECHNER 
 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 NITERÓI - RIO DE JANEIRO - BRASIL

RESUMO

Este trabalho pretende expor e analisar a posição de Caio Prado Jr. frente à tese do feudalismo no Brasil. Defendida pela expressiva maioria dos quadros intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à época da querela, essa tese buscava sustentar a existência de um certo grau de traços feudais na colonização do Brasil e, por consequência, de “restos feudais” a serem eliminados no presente. Insatisfeito com tal interpretação e suas implicações em termos de estratégia política, Prado Jr., por meio de um rigoroso estudo do passado brasileiro, chega à conclusão de que não poderia ter havido algo semelhante a um “feudalismo” em nosso processo de evolução político-econômico. Para além de revisitar o debate em sua forma original, buscarei, ao longo do texto, dialogar com diversos desdobramentos teóricos da posição pradiana. Creio que isto será útil, por um lado, para constatar a longevidade da interpretação de Caio Prado.; por outro, e mais importantemente, para discutir como suas ideias podem ser revisitadas à luz dos mais recentes desenvolvimentos nesse campo de estudos.

Palavras-chave: Caio Prado Jr.; Feudalismo no Brasil; Modo de produção.

ABSTRACT

This work intends to expose and analyze the position of Caio Prado Jr. about the thesis of feudalism in Brazil. Defended by the expressive majority of the intellectual groups of the Brazilian Communist Party (PCB) at the time of the quarrel, this thesis sought to sustain the existence of a certain degree of feudal traits in the colonization of Brazil and, consequently, of “feudal remnants” to be eliminated in the present. Dissatisfied with such interpretation and its implications in terms of political strategy, Prado Jr., through a rigorous study of the Brazilian past, comes to the conclusion that there could not have been something similar to a “feudalism” in our process of political-economic evolution. Beyond revisiting the debate in its original form, I will seek, throughout the text, to dialogue with a series of theoretical developments of the Pradian position. I believe that this will be useful, on one hand, to verify the longevity of Caio Prado's interpretation; on the other, and more importantly, to discuss how his ideas might be revisited in light of the latest developments in this field of study.

Keywords: Caio Prado Jr.; Feudalism in Brazil; Mode of production.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail de contato: caio.schechner@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A posição da qual este trabalho pretende realizar uma avaliação crítica fez parte de um debate que constituiu uma das grandes querelas da história intelectual da esquerda brasileira. Ele foi extensiva e intensivamente questionado, complementado, sintetizado, renegado e retomado pelos militantes e intelectuais ao longo de décadas, ocasionalmente sendo lembrado em tempos recentes.¹

Em suma, tratou-se da oposição entre duas posições primordiais. De um lado, a defesa de um certo grau de traços feudais na colonização do Brasil, cujas reminiscências, os chamados “restos feudais”, teriam emperrado o desenvolvimento do país àquela época; tal tese foi adotada pela maior parte dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e está bem representada, sobretudo, pelos textos de Alberto Passos Guimarães² e Nelson Werneck Sodré³, mas que se encontra presente já em Octávio Brandão⁴, na sua obra *Agrarismo e Industrialismo* (1926). Do outro lado, o qual procurarei abordar neste texto, temos o posicionamento inaugurado por Caio Prado Jr., intelectual e militante do PCB, que conclui, por meio de um rigoroso estudo do passado brasileiro, que não poderia ter havido algo semelhante a um “feudalismo” no processo de evolução político-econômica do Brasil.

Para Sedi Hirano, as visões acerca da formação econômico-social brasileira podem ser divididas em duas vertentes maiores: a de que o Brasil foi capitalista desde sua colonização (doravante “tese do capitalismo”), e a de que essa formação fora de outro tipo que não capitalista (“tese do não capitalismo”). Esta última se dividiria em duas principais variantes: a feudal-tradicional e a feudal-marxista-ortodoxa. Por fim, a primeira destas é dividida em ainda mais duas: a de tipo feudal-clássico e a de tipo feudal-marxista-ortodoxa.⁵ A tese a ser explicada e comentada neste trabalho, isto é, a de Caio Prado Jr. insere-se justamente nessa primeira vertente, a tese do capitalismo.

¹ GISSONI, L.B. O marxismo e o debate sobre os modos de produção no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Escrita da História*, v. 6, n. 12, p. 113-152, 2019; HIRANO, S. *Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: EDUSP, 2008.

² GUIMARÃES, A.P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1968].

³ SODRÉ, N.W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

⁴ BRANDÃO, O. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.

⁵ HIRANO, 2008, p.19.

De acordo com Ligia Osório Silva, o problema central, em termos muito amplos, da discussão teórica que abordo neste trabalho, é que:

[...] [o] espaço econômico não europeu, incorporado à economia da Época Moderna, passou a abrigar sociedades organizadas a partir dos interesses definidos pela política econômica das metrópoles, enquanto paralelamente, de modo deliberado, se desorganizavam as sociedades anteriormente ali constituídas. Mas este entrelaçamento de destinos nem sempre se deslinda facilmente porque, *assim como o papel do sistema colonial na constituição do capitalismo é controverso, definir o caráter das sociedades coloniais também é.*⁶

A leitura dos balanços do referido debate revelaram que a tese pecebista, à qual Caio Prado se opõe, não raro foi vista como uma transposição mecânica de teorias estranhas à realidade nacional, ou simplesmente uma leitura vulgar de Marx, o que mostra a força da posição de nosso autor.⁷ De acordo com Mendes, “o intelectual paulista é considerado de uma perspectiva positiva, como um autor que concebeu o marxismo de forma criativa, adaptando-o às condições brasileiras”⁸, ao passo que, em oposição a essa visão sobre Caio Prado, os intelectuais alinhados à interpretação pecebista são lidos “[...] de maneira negativa, já que teria[m] aplicado mecanicamente ao processo histórico brasileiro as teses da III Internacional para os países coloniais e semicoloniais”⁹.

Ao discutir a tese de Caio Prado Jr., não deixarei de abordar textos de grande importância e já bastante conhecidos do público, como *Evolução Política do Brasil*¹⁰ e o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*¹¹. Porém, principalmente, deter-me-ei em dois de seus textos dedicados à situação agrária brasileira, as por assim dizer “espinhas dorsais” deste trabalho: *A revolução brasileira* e *A questão agrária no Brasil*¹², – mais

⁶ SILVA, L.O. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, J. Q. de. ROIO, M. del. *História do Marxismo no Brasil* - Vol. 4 - Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.11-72. p.18. Grifo meu.

⁷ Tese defendida, dentre outros trabalhos, em KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁸ MENDES, C.M.M. A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político, Maringá, *Notandum*, n.º. 32, p. 199-212, 2013, p.200.

⁹ MENDES, 2013, p.200.

¹⁰ PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

¹¹ PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹² PRADO JR., C. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

especialmente o primeiro –, recentemente compilados em um único volume pela editora Companhia das Letras. É em *A revolução brasileira*, de 1966 – embora já expusesse implicitamente suas discordâncias com o partido de que fazia parte em textos anteriores – que Caio Prado Jr. rompe definitivamente com a tese feudalista do PCB.

Considerando o que foi afirmado sobre a longevidade e a extensa produção no tocante a esta discussão, por que, então, retomar a querela mais uma vez agora? Ainda haveria contribuições a serem feitas a esse respeito? Tais questionamentos pareciam-me inescapáveis, de modo que a pergunta que me fiz, ao planejar a escrita deste texto, foi a seguinte: de que ângulo seria possível aproximar-me de nosso objeto para revelar-lhe faces ainda ocultas ou pouco exploradas, qualificando ainda mais o debate, e também atualizando-o à luz de reflexões mais recentes sobre o tema, em diálogo com as já consagradas?

A fim de cumprir essa tarefa, para além de simplesmente retomar os argumentos apresentados por Caio Prado Jr., também é meu objetivo explorar alguns dos desdobramentos de suas ideias em autores posteriores, dentre os quais, talvez o mais historiograficamente relevante, seja a tese de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, responsável por inaugurar toda uma escola interpretativa da história colonial brasileira. Sua tese central é de que “a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil”¹³, que, mais tarde, será indispensável à formação do capitalismo.

Ademais e dentre outras, as teses de Prado Jr. serão colocadas em diálogo com as premissas da Teoria Marxista da Dependência, em particular com Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank. A relação de dependência é bem sintetizada por Marini, para quem ela deve ser

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.¹⁴

¹³ NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019, p.87. Grifo no original.

¹⁴ MARINI, R.M. *Ruy Mauro Marini, Vida e Obra*. STEDILE, J.P.; TRASPADINI, R. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.141.

Isso dito, vale também mencionar a possibilidade de uma análise da periferia do sistema capitalista cada vez mais baseada no próprio Marx; pois, segundo Kevin Anderson, em obra recente cujas contribuições serão debatidas no decorrer deste artigo, seria necessário ampliar o cânone bibliográfico marxiano, levando em conta os “[...] escritos de Marx sobre sociedades que eram, em sua maior parte, periféricas ao capitalismo no tempo em que ele viveu”¹⁵.

Tal esforço de diálogo com essas múltiplas referências será útil, por um lado, para constatar a longevidade da interpretação de Prado Jr.; por outro, e mais importantemente, para discutir como suas ideias podem ser atualizadas e reinterpretadas considerando as mais recentes descobertas e desdobramentos teóricos nesse campo de estudos.

TESE PRADISTA: CRÍTICA À IDEIA DE FEUDALISMO NO BRASIL

A seguir, irei expor e dialogar com os principais pontos apresentados por Caio Prado Jr. no texto *A revolução brasileira* (1966), acerca de sua crítica à ideia de um suposto feudalismo pretérito no Brasil, e da consequente presença de “restos feudais” ou de um regime “semifeudal” em nosso país à época da referida publicação. Concepção esta que, naquele momento constituindo maioria dentro de seu partido, o PCB, era entendida pelo autor como equivocada e de necessária superação.

O texto já inicia com a afirmação de que não existiu feudalismo no Brasil e, portanto, não existiriam “restos feudais” a serem eliminados – isto é, à época da divulgação do texto. Em lugar disso, defende que a realidade brasileira exige uma análise própria, sendo infértil a aplicação mecânica das lições da União Soviética.¹⁶ Caso contrário, haveria de se cair num erro comumente conhecido como “etapismo”, melhor explicado abaixo:

[...] [s]egundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através

¹⁵ ANDERSON, K.B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.34.

¹⁶ Não obstante, vale apontar que a tese de um feudalismo no Brasil, e na América Latina em geral, já estava presente em um período anterior ao da URSS; trata-se de uma variante da tese do não-capitalismo que Hirano denominou “feudal-tradicional”. Para maiores informações, ver DÓRIA, C.A. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, J.Q. de. ROIO, M. del (orgs.). *História do Marxismo no Brasil - Vol. 3 - Teorias. Interpretações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 245-297.

de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo.¹⁷

Para Prado Jr., esse esquema se baseia em uma leitura simplista de Marx, Engels e Lênin. Seria desse esquema que se deduziu que o Brasil teria tido uma etapa feudal, anterior ao capitalismo. Ademais, salienta que esses autores nunca escreveram sobre países como o Brasil e, por isso, suas teorias deveriam ser adaptadas e reformuladas, considerando-se a realidade à qual forem aplicadas. Tal posição é, como mostrarei agora, apenas parcialmente válida.

Dentre outros, o recentemente traduzido para português *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*, de Kevin B. Anderson (2019), mostra como Marx, no decorrer de sua trajetória intelectual, não deixou de se debruçar sobre temas tais como os referidos no subtítulo da obra. A mencionada mudança não ocorreu subitamente. Com efeito, o argumento de Anderson é que seria possível detectar uma lenta evolução no pensamento de Marx acerca desses assuntos e, ainda, a passagem de uma concepção unilinear da história humana, implícita no *Manifesto Comunista* (1848),¹⁸ para uma multilinear, em escritos posteriores. Nas palavras do autor:

[a] evidência textual dos cadernos de Marx sobre Roma, bem como seus outros escritos sobre sociedades não ocidentais e pré-capitalistas do mesmo período, sugere um interesse amplo sobre as sociedades não capitalistas do seu tempo e do passado. [...] Sobretudo, esses escritos tardios e as notas sobre a Rússia, a Índia e a Roma antiga evidenciam o interesse de Marx por uma análise profunda e específica de cada sociedade por si só, em vez de fórmulas gerais aplicáveis a

¹⁷ PRADO JR., 2014, p.33.

¹⁸ Um exemplo de trecho no *Manifesto* onde o autor acusa uma “unilinearidade implícita” é o seguinte: “Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.” MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p.77 apud ANDERSON, 2019, p.43. Grifo meu.

todas as sociedades ao redor do globo sem considerar especificidades sócio-históricas.¹⁹

Poder-se-ia argumentar, como de fato se fez,²⁰ que os textos de Marx onde esta evolução se torna perceptível foram, em sua maioria, publicados após a sua morte, ou então que seriam pouco relevantes do ponto de vista teórico – alguns exemplos são contribuições para o jornal estadunidense *New York Daily Tribune*, cartas pessoais, autocorreções para a edição francesa de *O Capital* (posterior à alemã), além de cadernos e anotações e citações, entre outros. Em resposta a essas objeções, para além de reafirmar a seriedade dos escritos jornalísticos de Marx e a dedicação que o autor voltou a estes, Anderson explica que:

[...] [t]rabalhos hoje considerados centrais para o cânone marxiano, como os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, *A ideologia alemã*, os *Grundrisse* e os livros II e III de *O capital*, não foram publicados durante a vida de Marx. É importante notar, portanto, que o fato de Marx não ter escrito determinados textos para publicação não quer dizer que eles não possam ter relevância. É verdade que a noção de “cânone marxiano” mudou ao longo dos anos.²¹

Não obstante – isto para não mencionar os já bastante trabalhados *Grundrisse* –, até mesmo no primeiro volume de *O Capital*, provavelmente a obra mais sólida de Marx no que diz respeito à dimensão teórica, pode-se constatar a abordagem, ainda que secundária, de sociedades não ocidentais e não capitalistas. Kevin Anderson identifica três principais funções dessas sociedades na argumentação do referido volume de *O Capital*: a) elas pairam “[...] em segundo plano em momentos cruciais como o ‘outro’ da modernidade capitalista ocidental, por vezes ajudando o leitor a compreender a singularidade perversa dessa ordem social”; b) “[...] a própria existência dessas sociedades não capitalistas implicava a possibilidade de formas

¹⁹ ANDERSON, 2019. p.20.

²⁰ “[...] Os artigos do *Tribune* costumam ser desdenhados como textos meramente ocasionais que distraíam Marx de seu trabalho sobre economia política” ANDERSON, 2019, p.47. Alternativamente, “[...] os textos de Marx para o jornal continuaram a ser minimizados ou mesmo ignorados. Isso pode ter ocorrido porque os acadêmicos europeus continentais que dominaram os estudos marxistas tenderam a reduzir a importância dos textos que Marx redigiu em inglês, não em alemão.” ANDERSON, 2019. p.48-49.

²¹ ANDERSON, 2019, p.40.

alternativas de organizar a vida econômica e social”, ou seja, atacava-se a ideia do capitalismo como única alternativa possível; c) e, por fim, “[...] os exemplos dessas sociedades o ajudavam a elaborar alternativas modernas e progressistas ao capitalismo”.²²

Em outra oportunidade, Marx chega mesmo a estudar, ainda que brevemente, o colonialismo da Espanha no Novo Mundo. Trata-se de anotações sobre os escritos do antropólogo Maksim Kovalévski, perfazendo cerca de “7.500 palavras, escritas principalmente em alemão, com algumas passagens em russo e espanhol”²³, elegendo como tema central as formas de organização social e agrária pré e pós-colombianas, em particular a questão da dissolução das terras comunais e a implementação do sistema de *repartimientos* e, posteriormente, o de *encomiendas*. Também é possível detectar, nessas notas, a reprovação de Marx frente ao colonialismo espanhol, atestando a superação do entendimento do colonialismo como um fenômeno potencialmente positivo, tal como se pode encontrar em seus escritos de 1853 sobre a Índia.²⁴

Isso traz de volta à baila a questão do chamado “etapismo”. Como se disse, seus adeptos partem do princípio de que há que se seguir uma sequência fechada de modos de produção para, só então, atingir-se seu ápice. Coloca-se, assim, o debate entre linearidade e multilinearidade no pensamento marxiano. Seria Marx um “etapista”, isto é, seria sua concepção da evolução histórica efetivamente linear, ou isto se aplicaria somente aos casos estudados mais detidamente por Marx, quer dizer, as regiões mais desenvolvidas da Europa? De acordo com Anderson:

[...] [e]m seus escritos sobre a Rússia, Marx negou repetidas vezes que o argumento de *O capital* oferecesse uma previsão clara sobre o futuro do país. Ele observou que a estrutura social da aldeia comunal russa diferia consideravelmente daquela da aldeia pré-capitalista do feudalismo ocidental. Essa diferença entre as estruturas sociais pré-capitalistas ocidentais e russas sugeria a possibilidade de uma forma alternativa de desenvolvimento social e modernização para a Rússia, caso ela pudesse evitar a absorção pelo capitalismo.²⁵

²² ANDERSON, 2019, p.271.

²³ ANDERSON, 2019, p.324.

²⁴ Cf. ANDERSON, 2019, p.46-62.

²⁵ ANDERSON, 2019, p.354.

A proposição de formações sociais não capitalistas²⁶, como as terras comunais, agirem como focos de resistência ao capitalismo e possível via direta ao socialismo, sugeridas por Marx, particularmente em sua carta à revolucionária russa Vera Zasulich, apresenta espantosa semelhança com as formulações de José Carlos Mariátegui – e, como mostrarei mais tarde, de Caio Prado Jr., embora em menor intensidade. Segundo Michael Löwy, o intelectual peruano

[...] não acreditava numa “etapa democrático-nacional e antifeudal” da revolução na América Latina: para ele, a revolução socialista era a única alternativa à dominação do imperialismo e do latifúndio; [...] ele acreditava que esta solução socialista poderia ter como ponto de partida as *tradições comunitárias do campesinato indígena*.²⁷

Outra evidência da multilinearidade no pensamento de Marx, ou ao menos de sua evolução nesse sentido, são as alterações feitas pelo autor para a tradução francesa da edição alemã do primeiro volume de *O Capital*.²⁸ Por exemplo: a frase “[o] país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar *ao menos desenvolvido* a imagem de seu próprio futuro”²⁹ da edição alemã, onde se poderia argumentar haver um sentido inerentemente unilinearista – embora alguns autores, à luz do trecho contextualizado, tenham visto aí uma comparação apenas entre Inglaterra e Alemanha³⁰ –, é modificada para “[...] o país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra, *para aqueles que o seguem na escala industrial*, a imagem de seu próprio futuro”³¹, na edição francesa. Nessa nova formulação, a industrialização não se figura como uma necessidade histórica, e, no limite, tampouco o próprio capitalismo.

²⁶ Prefiro esse termo a “pré-capitalista”, justamente por rejeitar a unilinearidade implícita neste último.

²⁷ LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, São Paulo, n. 1, 1998, p.73-80. p.18.

²⁸ A edição definitiva de *O Capital*, base para a maioria das traduções ao redor do globo, é a quarta edição alemã, preparada por Engels. Contudo, pelas cartas de Marx, podemos inferir seu desejo de usar a edição francesa, de 1872-1875 para semelhantes propósitos, exceto os seis primeiros capítulos. Esse desejo foi desprezado por Engels em seu trabalho de edição, por considerar a versão francesa demasiadamente simplificada. Para uma história mais detalhada dessas edições, cf. ANDERSON, 2019, p.257-270.

²⁹ MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017, p.78 apud ANDERSON, 2019, p. 265. Grifo no original.

³⁰ É o caso de Derek Sayer e Philip Corrigan. Ver ANDERSON, 2019, p.266.

³¹ MARX, K. *Le capital. Livre I. Sections I à IV [1872-1875]*. Paris, Édition Flammarion, 1985, p.36 apud ANDERSON, 2019, p.267. Grifo no original.

Alteração igualmente relevante pode ser conferida no final da subseção *O segredo da acumulação primitiva*, contida no célebre capítulo 24 da edição brasileira d'*O Capital*, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*. No que diz respeito ao processo de separação do trabalhador de seu meio de produção, Marx afirma na edição alemã que “[a]penas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica”³². Elaborada dessa maneira a frase, poder-se-ia dela compreender que a Inglaterra assume a posição de um paradigma que se manifestaria, com ligeiras diferenças a depender do caso, em todo e qualquer território nacional, independentemente de suas configuração social, econômica e histórica. Ao contrário, a edição francesa descreve o processo da seguinte maneira: “[e]ssa expropriação só se realizou de maneira radical na Inglaterra [...]. Mas todos os outros países *da Europa ocidental* percorreram o mesmo caminho”³³. Dessa vez, como se vê, Marx explicita e deliberadamente limita sua interpretação ao ocidente europeu.

Isso dito, são igualmente notáveis as semelhanças da referida posição de Caio Prado Jr., com a teoria do desigual e combinado de Trótski, compreendida conforme a exposição de Löwy:

[...] [a] hipótese que funda esta teoria pode ser formulada aproximadamente nos seguintes termos: com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa: “O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...)”. As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: “Os selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação

³² MARX, 2017, p.787-8 apud ANDERSON, 2019, p.268.

³³ MARX, 1985, p.169 apud ANDERSON, 2019, p.269. Grifo meu.

original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”.³⁴

Isso é confirmado por Felipe Demier, que elabora acerca de uma relação bastante próxima entre as teorias de Prado Jr. e Trotsky:

[...] [n]ão é difícil notarmos uma certa semelhança entre as críticas de Trotsky e Prado Jr. aos modelos analíticos que pressupõem a repetição das etapas históricas em cada localidade. Igualmente, a descrença em um papel “revolucionário” das chamadas “burguesias nacionais” é partilhada por ambos. Podemos dizer que, de certa maneira, o historiador brasileiro confirmou empiricamente em suas pesquisas sobre o Brasil a validade de uma teoria que o revolucionário russo propusera em suas reflexões sobre a historicidade de outros países atrasados.³⁵

Partindo dessas ideias, há algumas conexões a serem feitas aqui, entre Marx e Caio Prado Jr. Por um lado, assim como Caio Prado fez ao estudar a realidade brasileira, Marx considerou importante observar as especificidades das estruturas social e agrária de cada país, decorrentes de uma determinada evolução histórica (ou seja, diferente da aldeia pré-capitalista do feudalismo ocidental). Isso permitiria pensar que nem todo país precisaria passar, necessariamente, pelas mesmas etapas.

Neste sentido, os dois autores estavam em sintonia. Por outro lado, e aí temos uma diferença importante, enquanto Marx estudava países como Índia e Rússia sob a ótica do pré-capitalismo, Caio Prado, por sua vez, entendia o Brasil como um país capitalista desde a colonização – vide a tese sustentada em *Formação do Brasil Contemporâneo* – e portanto não teria tido um momento feudal. Entretanto, tratar-se-ia, em sua visão, de um capitalismo *sui generis*, exigindo a elaboração de uma teoria revolucionária própria, a partir de sua própria realidade sócio-histórica, tal como propôs Marx em suas elaborações, e aí temos um outro ponto

³⁴ LÖWY, 1998, p.76-77. Excertos de TROTSKY, L. *Histoire de la révolution russe*. Paris, Seuil, 1962, p.20-21. Parênteses do original.

³⁵ DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, n. 16, 2007, p. 75-107. p.5.

de contato. A percepção dessas aproximações, contudo, não nos autoriza a concluir que Caio Prado rompe, como fez Marx ao longo da vida, com a proposta unilinear – uma vez que, entendendo o Brasil como capitalista, sua passagem ao socialismo seguiria a “ordem natural” imposta por esta perspectiva. Ainda assim, é notável a incorporação da proposta materialista por Caio Prado, para quem a leitura da realidade particular de cada contexto histórico é momento central e indispensável a qualquer análise.

No que diz respeito ao entendimento do Brasil como país capitalista, ainda que *sui generis*, Ruy Mauro Marini coloca que:

[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.³⁶

Seguindo o raciocínio de Marini, o desenvolvimento da América Latina se dá em relação direta com a expansão comercial ocorrida no século XVI, para ele parte de um movimento de nascença do capitalismo em escala internacional.³⁷ De forma que:

[a] criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma

³⁶ MARINI, 2005, p.138.

³⁷ MARINI, 2005, p.140.

base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas.³⁸

O que significa dizer, em outras palavras e de maneira mais explícita, que o subdesenvolvimento da periferia é condição do desenvolvimento do centro capitalista. Trata-se da tese central da vertente de que faz parte Ruy Mauro Marini, isto é, a teoria marxista da dependência, que, como vimos, estabelece claras relações com o pensamento pradiano, embora enveredando por caminho distinto.

Da mesma linha teórica fez parte André Gunder Frank, para quem a ideia de que a transição do feudalismo ao capitalismo no âmbito da realidade brasileira como solução para o subdesenvolvimento é um equívoco, pois desconsidera, ao não levar em conta a relação de dependência da periferia para com a metrópole, que “[...] o subdesenvolvimento é um fenômeno histórico produzido pelo desenvolvimento capitalista, e não um estágio em direção ao desenvolvimento”³⁹.

Ainda segundo Frank, “[...] quaisquer que sejam os tipos de relações pessoais que existam em um sistema feudal, o determinante nele, para nosso propósito, é que se trata de um sistema fechado ou debilmente ligado ao mundo exterior”; porém, Gissoni critica-o, afirmando que “[...] é Frank quem toma traços secundários por fundamentais, desconsiderando justamente

³⁸ MARINI, 2005, p.142-143.

³⁹ GISSONI, 2019, p.126.

as categorias essenciais que se abstraem do conceito ‘modo de produção’: as relações de produção e as forças produtivas”⁴⁰.

Tudo isso coloca uma questão principal para a discussão que ora aqui se apresenta, qual seja: a caracterização do regime de produção vigente no Brasil colonial ou, simplesmente, sua qualificação como capitalista ou não.

Prado Jr. explica o fato de nunca ter vigorado no Brasil o modo de produção feudalista – e portanto de não existirem restos feudais à época de seu texto – a partir de um estudo da evolução política e econômica do Brasil, ou, em outras palavras, do desenvolvimento dessas esferas da vida social, no decorrer do tempo, em nosso território. Para ele, nosso desenvolvimento se deu de forma diferente da Europa, e é por isso que aqui, diferentemente do que ocorreu lá, não houve feudalismo.

Em sua argumentação, é de fundamental importância a ideia de que o Brasil, em particular na época colonial, teve suas atividades econômicas essencialmente voltadas para o mercado externo e o suprimento das necessidades de nações estrangeiras.⁴¹ O autor destaca, em primeiro lugar, a hegemonia da monocultura de grande extensão voltada para a exportação (bem como suas consequências para a subsistência dos nativos); ademais, aponta a má qualidade do solo devido a não presença de animais (e a conseqüente falta de adubo).⁴² Quanto à indústria, ressalta-se seu baixíssimo nível técnico – em razão de sua perseguição pela metrópole, já que esta associava a independência econômica à política –, de forma que seu papel era pouquíssimo relevante no contexto geral da economia colonial.⁴³ Os referidos fatores explicam nossa forma de ocupação do território: latifúndio agrário exportador e escravista. Assim, o comércio tinha como único fim a relação com o comércio externo; o comércio interno servia simplesmente à viabilização da produção e exportação para fora.⁴⁴

Disso tudo se infere o princípio que regeu a organização econômica e social brasileira, o chamado “Sentido da colonização”, conceito para o qual converge toda a obra pradiana. Em suma, argumenta-se que o Brasil, desde a colonização, está articulado ao sistema capitalista

⁴⁰ FRANK, Andre Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. [s.l.]: Centro de Estudios Miguel Enríquez; Archivo Chile, 2005, p.157 apud GISSONI, 2019, p.127.

⁴¹ PRADO JR., 2011, p.123.

⁴² PRADO JR., 2011, p.135-162.

⁴³ PRADO JR., 2011, p.232-240.

⁴⁴ PRADO JR., 2011, p.241-250.

mercantil mundial. De maneira que a colonização se constitui unicamente com o fim de fornecer produtos primários para esse mercado. É assim que Prado Jr. chega à conclusão de que o Brasil é, e sempre foi, plenamente capitalista, ainda que um capitalismo *sui generis*, ou seja, periférico, superexploratório, de baixa complexidade técnica, etc.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a escravidão no território brasileiro teria servido de forma indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, tanto em nosso território quanto em escala global. Pois lucros extraordinários advindos dessa relação perversa foram a chave da acumulação primitiva de capital da Europa, vide a inaugural tese de Fernando Novais em seu clássico *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, assim condensada e exposta pelo próprio autor, donde se nota claramente a continuidade com a tese de Prado Jr.:

[e]xaminada, pois, nesse contexto, a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. Aquilo que, no início dessas reflexões, afigurava-se como um simples projeto, apresenta-se agora consoante com o processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*.⁴⁵

Sobre a tese acima exposta, Sedi Hirano apresenta uma crítica no sentido de apontar que a acumulação primitiva, em si, não poderia fazer parte do capitalismo, uma vez que se trataria de um movimento anterior, necessário à sua própria formação.⁴⁶ Pois, no capitalismo, a subordinação do trabalho ao capital se dá de maneira “[...] puramente monetária entre o que se apropria do trabalho excedente e o que o fornece [...]”⁴⁷. Isto não acontece na chamada fase da acumulação primitiva, que “[...] não só admite mas *requer uma relação de subordinação*

⁴⁵ NOVAIS, 2019, p.87. Grifo no original.

⁴⁶ HIRANO, 2008, p.26-27.

⁴⁷ MARX, p.56-57 apud HIRANO, 2008, p.27.

*puramente política*⁴⁸. De fato, como disse Marx acerca do papel do dinheiro na formação do sistema capitalista:

[...] [o] próprio dinheiro, à medida que exerce um papel ativo na história, só o faz porquanto ele próprio intervém nesse processo como um meio de separação extremamente enérgico e colabora para a produção dos *trabalhadores livres espoliados*, sem objetivo; certamente, contudo, não pelo fato de que ele *cria* para os trabalhadores as condições objetivas de sua existência; mas porque ajuda a acelerar a sua separação delas – sua condição de privados de propriedade. [...] A fortuna em dinheiro não inventou nem produziu a roda de fiar e o tear. Mas, separados de sua terra, os fiandeiros e tecelões caíram com seus teares e rodas de fiar sob o domínio da fortuna em dinheiro etc. *Próprio do capital é unicamente a união das massas de mãos e instrumentos que ele encontra. Ele os aglomera sob seu comando. Essa é a sua verdadeira acumulação; a acumulação de trabalhadores.*⁴⁹

Um dos problemas centrais identificados pelos comentadores a respeito da tese do capitalismo colonial, como Hirano, é a compreensão excessivamente branda do conceito de capitalismo.⁵⁰ A fim de, no futuro, contornar tal problema, seria válido considerar uma definição mais ampla do conceito, tal como a que propõe Pedro Rocha de Oliveira Oliveira, para quem o capitalismo seria, fundamentalmente, o que poderíamos chamar de uma “[...] *sociedade produtora de mercadorias*. Chamamos assim à sociedade na qual, tendencialmente, os produtos do trabalho humano existem para serem vendidos, e apenas secundariamente para satisfazer necessidades”⁵¹.

⁴⁸ HIRANO, 2008, p.27. Grifo no original.

⁴⁹ MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos econômico-filosóficos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.417. Grifo no original.

⁵⁰ Mas o problema vai além disso. Parece-me que a questão-chave aqui é que no Brasil nunca houve um processo de acumulação primitiva de capital *interno*. Isto é, não houve separação dos trabalhadores de seus meios de produção. O processo de acumulação é, como notou Novais, voltado para *fora*. E talvez seja precisamente por isso que não se pôde desenvolver uma burguesia nacional, apenas as que se desenvolvem associadas ao mercado externo.

⁵¹ OLIVEIRA, P.R. de. *Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna: estudo sobre a acumulação primitiva de capital*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2018, p.11.

Mas poderia a crítica de Hirano também ser voltada a Prado Jr.? De fato, se considerarmos a tese do “Sentido da colonização”, o que definiria o caráter capitalista da colônia seria a sua produção tendo como fim a satisfação dos interesses econômicos metropolitanos. Ou seja, toda uma organização econômica voltada para a produção de valor para o mercado capitalista a nível mundial, e não mais a produção objetivando o valor de uso, fenômeno característico das sociedades pré-capitalistas. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que é a predominância da produção voltada à criação valor de troca sobre o valor de uso – ou a existência de uma economia aberta de mercado em oposição a uma economia fechada de subsistência⁵² – que nos caracterizaria como um país capitalista desde os primórdios.

Essa posição pode ser constatada de maneira clara no texto *Fundamentos econômicos da revolução brasileira*, onde Caio Prado coloca que:

[...] a economia brasileira, desde seu início (isto é, desde que se organizou a colonização do Brasil) foi essencialmente mercantil, isto é, fundada na produção para o mercado, o que é mais, para o mercado internacional. E é este traço que precisamente caracteriza a economia colonial brasileira. *É o reverso portanto do que ocorre na economia feudal, cuja decadência e desintegração começam justamente quando nela se insinua o comércio, precursor do futuro capitalismo.*⁵³

A partir deste trecho, ainda de 1947, pode-se perceber desde já, no pensamento pradiano, uma diferenciação clara entre a experiência feudal e a realidade histórica do Brasil colonial, uma vez que seus desenvolvimentos históricos foram completamente distintos.

Para Prado Jr., a inadequação da conceituação da realidade implica uma ação política equivocada, e daí o verdadeiro problema do equívoco pecebista; não se trata, portanto, de mero

⁵² Segundo Ernesto Laclau, para Frank o capitalismo seria “a) um sistema de produção para o mercado, em que b) o lucro constitui a razão da produção, e c) esse lucro é realizado em benefício de outra pessoa que não o produtor direto, que é então dele despojado. Por outro lado, por feudalismo deveríamos entender uma economia fechada de subsistência. A existência de um mercado substancial constitui portanto a diferença decisiva entre ambos” LACLAU, E. Feudalism and Capitalism in Latin America. In: *New Left Review*, v. I, n. 67, 1971 apud GISSONI, 2019, p.127-128.

⁵³ PRADO JR., C. Fundamentos econômicos da revolução brasileira. *Jornal A Classe Operária*, São Paulo, 19/04/1947, p.4-6 apud MENDES, 2013, p.205. Grifo meu.

academicismo. É por isso que seria preciso criticar a posição do majoritária no partido, segundo a qual, em sua opinião,

[...] feudal tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso. Tais formas, sem dúvida ainda largamente difundidas nas relações de trabalho rural brasileiro, constituem remanescentes, isto sim, do sistema de trabalho vigente legalmente no Brasil até fins do século passado, a saber, a escravidão.⁵⁴

A afirmação retoma um dos pontos iniciais do livro citado, a saber: que a evidente defasagem frente aos países centrais e de desenvolvimento capitalista médio (península Ibérica e Europa Oriental, por exemplo) dos países periféricos e dependentes acabou levando à compreensão de que seu subdesenvolvimento seria a consequência de um suposto estado feudal.

Todavia, tal opinião falharia em perceber, se recorremos a uma contribuição de Ruy Mauro Marini, o papel dos países periféricos no desenvolvimento da centralidade – por exemplo, em sua função de abastecimento de matérias-primas a baixo preço:

[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em

⁵⁴ PRADO JR., 2014, p.43.

seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.⁵⁵

Uma das formas de trabalho identificada com o feudalismo, de acordo com a interpretação pecebista, é a parceria (no caso do Brasil, relação de emprego onde a remuneração, à época, era feita *in natura*). Contudo, ainda que não seja uma forma assalariada de trabalho, nem por isso, defende Prado Jr., ela deve ser entendida como pré-capitalista: “[...] [a] nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho”⁵⁶.

Na sequência dessa argumentação, o autor tenta mostrar como a ideia de associar a parceria a formas antiquadas e ultrapassadas de produção é um erro. Em São Paulo, por exemplo, a parceria não é um resquício de uma forma produtiva do passado, mas constitui novidade: é posterior a 1930, e ligada especificamente à cultura do algodão. Por outro lado, e mais importantemente, a parceria significava, considerando a realidade do trabalhador brasileiro àquela época, “[...] um tipo superior de relações de trabalho e produção, quando comparados às puras e típicas relações capitalistas que são o salariado”⁵⁷. Isso aconteceria, ainda segundo o intelectual paulista, porque a remuneração *in natura* protegeria o trabalhador da inflação. Já no que diz respeito às instituições chamadas de “barracão” e “cambão”, elas “[...] nada tem de ‘feudal’ ou ‘semifeudal’, no sentido próprio da expressão”⁵⁸; o principal problema aqui parece ser, mais uma vez, a vagueza da conceituação de feudal.

O que Caio Prado está argumentando é: na teoria do PCB, confunde-se, ou melhor, igualiza-se duas realidades completamente distintas, colocando-as sob a mesma categoria, isto é, formas de produção pré-capitalistas: feudalismo e escravidão. Como ele próprio afirma, “[...] escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos”⁵⁹. Quais seriam as diferenças entre essas duas formas?

⁵⁵ MARINI, 2005, p.138.

⁵⁶ PRADO JR., 2014, p.41.

⁵⁷ PRADO JR., 2014, p.42.

⁵⁸ PRADO JR., 2014, p.43.

⁵⁹ PRADO JR., 2014, p.44.

Resumir-se-iam, principalmente, naquilo que se refere à “[...] natureza das relações de trabalho e produção e o papel que essas relações desempenham no processo político social da revolução”⁶⁰. O feudalismo, de acordo com o autor, caracterizar-se-ia pela

[...] ocorrência, na base do sistema econômico-social, de uma economia camponesa, isto é, da exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural. Economia camponesa essa a que se sobrepõe uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, de origem aristocrática, ou substituindo-se a essa aristocracia. Essa classe privilegiada e dominante explora a massa camponesa e se apropria do sobreproduto do seu trabalho, através dos privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente, e que se configuram e realizam sob a forma de relações de dependência e subordinação pessoal do camponês. Este último é o efetivo ocupante e explorador da terra, o empresário da produção (para usar uma terminologia moderna) mesmo quando não proprietário; bem como é também o detentor dos meios de produção (instrumentos e animais de trabalho). A exploração de sua força de trabalho pelo senhor feudal se faz pelos privilégios de que este último se acha revestido que lhe asseguram direitos a que correspondem obrigações pessoais do camponês e servo, como a prestação de gêneros ou da força de trabalho – a chamada corveia.⁶¹

Apesar de uma relativa proximidade temporal, surpreende, sobretudo pela grande distância geográfica, a similaridade teórica desta passagem de Prado Jr. com a formulação de feudalismo elaborada pelos poloneses Ludof Kuchenbuch e Bernd Michael, especialmente no tocante à relação direta com a terra e os instrumentos de trabalho na diferenciação estabelecida com as relações escravistas ou assalariadas:

[L]a unidad básica determinante de la producción rural en la Europa preindustrial es la economía campesina individualizada (mansus, meix, hide, mas, Hufe, y demás denominaciones en lenguas nacionales o regionales).

⁶⁰ PRADO JR., 2014, p.44.

⁶¹ PRADO JR., 2014, p.45.

*Representa, por lo que se refiere a sus elementos constitutivos y a la combinación de éstos en el proceso de producción, una figura económica y social de enorme complejidad. Parece decisivo que este proceso, integrado parcialmente en diferentes formas de cooperación aldeana comunitaria, se realiza de manera independiente, relacionándose el sujeto del trabajo, en el proceso de trabajo, directamente con sus instrumentos de trabajo y elementos del suelo, sin que una tercera persona tenga que crear, o pueda evitar, esta relación. Circunstancia que constituye — a este nivel de abstracción — la diferencia decisiva con respecto a las relaciones de esclavitud o de asalariado y que determina sustancialmente la especificidad del modo de producción “feudal”.*⁶²

Pertinente fazer um breve parêntese acerca, segundo Marx, nos manuscritos de 1861-1863 – consultados por Anderson a partir das *Marx-Engels Collected Works* – do contraste entre a realidade acima descrita com aquela existente no capitalismo:

[e]m todos os estados da sociedade, a classe (ou as classes) que domina é sempre a classe que tem posse das condições objetivas de trabalho, e os detentores dessas condições, quando fazem o trabalho, o fazem não como trabalhadores, mas como proprietários, e a classe serviçal é sempre a que é ela mesma, como capacidade de trabalho, uma posse dos proprietários (escravidão), ou dispõe somente de sua capacidade de trabalho (mesmo que, como p. ex. na Índia, Egito etc., ela possua terra, cujo proprietário contudo é o rei, ou a casta etc.). *Mas todas essas formas se distinguem do capital por essa relação estar velada para eles, aparecendo como uma relação de senhores e servos, de homens livres e escravos, de semideuses e reles mortais etc., e existindo na consciência de ambos os lados como uma relação desse tipo. Somente no capital todos esses enfeites políticos, religiosos e outros idealismos são despojados nessa relação.*⁶³

⁶² KUCHENBUCH, L.; MICHAEL, B. Estructura y dinámica del modo de producción “feudal” en la Europa preindustrial. *Studia Historica Historia Medieval*, Salamanca, v. 4, p.7-57, 1986. p.20.

⁶³ MARX, K. ENGELS, F. *Collected Works* (MECW). Nova York, International Publishers, 1975, v. 30, p.131-132 apud ANDERSON, 2019, p.249. Grifo meu.

Tal passagem parece reforçar a distância entre os modos pré-capitalista – caracterizado, aqui, pela ausência de uma relação explícita de dominação via capital, isto é, onde a esta dominação ocorre por razões estritamente econômicas –, e plenamente capitalista e, por conseguinte, afastar as perspectivas de Marx e Prado Jr. Contudo, tal conclusão pode ser matizada se considerarmos alguns trechos posteriores.

[o]nde [...] a escravidão e a servidão predominavam entre os povos que praticavam pouco comércio, não poderia haver sobretrabalho. É, portanto, entre os povos comerciais que a escravidão e a servidão assumem sua forma mais odiosa, como, por exemplo, entre os cartagineses; *isso é ainda mais pronunciado entre os povos que mantêm a escravidão e a servidão como base de sua produção em uma época na qual elas estão conectadas com outros povos em uma situação de produção capitalista; por exemplo, o caso dos estados sulistas da União americana.*⁶⁴

Embora aqui, neste trecho presente no volume 30 da MECW, Marx ainda não chegue ao ponto de afirmar que a escravidão moderna consistia em um fenômeno propriamente capitalista, ele todavia não deixa escapar que a hegemonia global do capital exercia uma decisiva pressão de criação de valor sobre os países onde existia a escravidão, destarte reconhecendo uma ligação direta entre ambos. Já em momento posterior, em escritos correspondentes ao volume 31 da MECW, Marx

[...] deixa claro que a escravidão moderna nas *plantations* era parte do modo de produção capitalista, não um vestígio dos modos de produção anteriores. Se “a escravidão dos negros impossibilita o trabalho assalariado, que é a base da produção capitalista”, também era verdade que “o negócio no qual os escravos eram empregados era conduzido por *capitalistas*. O modo de produção que eles

⁶⁴ MARX, K. ENGELS, F, 1975, v.30, p.197 apud ANDERSON, 2019, p.255-256. Grifo meu.

introduzem não surgiu da escravidão, mas foi enxertado nela. Nesse caso, a mesma pessoa é o capitalista e o proprietário de terra”.⁶⁵

De forma que, ao fim e ao cabo, apesar da importância que o autor dá, conforme citação de número 63, à tipificação da relação (extra-econômica ou puramente econômica) entre os grupos sociais no processo de produção, ainda mais importante que isso, para caracterizar um modo de produção, seria considerar a lógica do grupo dominante que o fundamenta. A análise dessas passagens nos revela, dessa maneira, uma proximidade teórica entre as posições de Marx e Caio Prado Jr. maior do que um autoproclamado “marxismo ortodoxo”, que tradicionalmente se opôs às teses pradianas, nos faria crer.

Voltemos agora à linha principal de raciocínio. O feudalismo, como modo de produção ligado a um particular momento de desenvolvimento histórico, será responsável por conformar uma classe específica, qual seja, os camponeses, e é a partir dessa realidade que se origina uma forma igualmente específica da luta de classes: a “[...] reivindicação camponesa pela libertação da sujeição ao senhor ou proprietário, e de livre disposição e utilização da terra pelo trabalhador, sem obrigações para com aquele senhor”⁶⁶. Cronologicamente, temos então que

[...] [c]om a progressiva desintegração da ordem feudal, o senhor feudal se transforma no simples grande proprietário. E os direitos senhoriais, mesmo depois de legalmente abolidos, se conservam e perpetuam muitas vezes, como se deu na Rússia tsarista depois da reforma de 1861, disfarçados e confundidos no direito de propriedade do titular da terra que substituiu o senhor feudal.⁶⁷

Esse processo desemboca, de acordo com Prado Jr., na transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista, e na transformação do camponês em camponês capitalista. É dessa maneira “que se situa a reforma agrária como parte e elemento integrante da revolução democrática burguesa”⁶⁸.

⁶⁵ ANDERSON, 2019, p.255; Excertos de MARX, K. ENGELS, F, 1975, v. 31, p.516 apud ANDERSON, 2019, p.255.

⁶⁶ PRADO JR., 2014, p.45.

⁶⁷ PRADO JR., 2014, p.44.

⁶⁸ PRADO JR., 2014, p.45.

Já para a realidade da evolução histórica brasileira, onde o escravismo predominou desde sempre, constata-se, diversamente, uma luta de classes de caráter distinto, específica à nossa evolução diacrônica. Pois

[...] [a] grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constituiu na base da exploração comercial em larga escala, isto é, não parcelária, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração.⁶⁹

Isso acarretou em duas reivindicações diferentes por parte da classe trabalhadora. De um lado, os camponeses europeus, em seu processo de evolução histórica próprio, exigiram pela “[...] livre utilização e exploração da terra que ocupa e necessita para sua manutenção”, ou seja, pela posse da terra; no Brasil, contudo, devido às condições particulares ao nosso processo histórico, o trabalhador dirigiu sua luta, essencialmente, no sentido de “[...] melhorar quantitativa e qualitativamente sua remuneração e os recebimentos que percebe a título de empregado”⁷⁰.

Seria também oportuno considerar, na diferenciação entre os desenvolvimentos históricos da Europa e do Brasil e suas respectivas consequências de que agora me ocupo, da questão do acesso à terra. Para tanto, abordarei algumas reflexões presentes no capítulo 25 d’*O Capital, A moderna teoria da colonização*, onde Marx, ao abordar principalmente o caso dos EUA e Austrália, fala de como o fácil acesso à terra colocava em risco o modo capitalista de produção, cujo pré-requisito é a separação dos trabalhadores das condições de sua autorreprodução, quer dizer, dos meios de produção de que necessitam para garantir sua reprodução material.⁷¹ Para que isso fosse possível, foi preciso uma série de intervenções nos valores da terra por parte do governo, desrespeitando o preço estabelecido pela oferta-demanda, a fim de evitar essa fuga da massa trabalhadora, da qual necessitavam os capitalistas.

O que podemos extrair disso para o caso brasileiro? Justamente que, se nas colônias inglesas a solução para o problema da implantação do modo capitalista de produção foi a

⁶⁹ PRADO JR., 2014, p.46.

⁷⁰ PRADO JR., 2014, p.48.

⁷¹ MARX, 2017, p.835-844.

intervenção do Estado, aqui, tal “solução” se apresenta na forma do trabalho compulsório, africano ou indígena. Em um primeiro momento, o controle, por meio da violência, sobre a mão de obra, impede, via de regra, que esta última se desvincule e busque sua autorreprodução independente. Estou ciente de que, rigorosamente falando, estas relações não se configuram enquanto capitalistas, já que a forma de exploração se dá por meios extra-econômicos. Mas poder-se-ia contra-argumentar que são os anseios capitalistas de produção e exploração da terra, impedindo-a – primeiramente pelo referido controle, em seguida por mecanismos como a Lei de Terras (1850) – de ser livremente apropriada, que são responsáveis por dar forma ao nosso modelo de colonização. De forma que seria o latente pensamento capitalista que moldaria as condições de trabalho aqui instituídas; uma estrutura capitalista que, embora não possua a forma clássica do fenômeno, admite mudanças em nome da lógica maior que nele subjaz, conformando, dessa maneira, como queria Prado Jr., um capitalismo à brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo meu texto explicando um ponto central do pensamento pradiano no que diz respeito à discutida contenda, isto é, a importância de uma leitura rigorosa da realidade nacional para, só em seguida, oferecer um diagnóstico e um plano de ação política. Em outras palavras, uma posição altamente avessa às transposições mecânicas que o autor entendia existir dentre os intelectuais hegemônicos no interior do PCB. Nesse sentido, como mostrei mais tarde, Prado Jr. se aproxima do próprio Marx, que revela postura similar em sua carta a Vera Zasulich, dentre outros indícios da multilinearidade em seu pensamento.

Em seguida, trato da questão que considero basilar em meu texto, a saber, a caracterização do modo de regime de produção vigente no Brasil colonial. Para Caio Prado Jr., que chega a essa conclusão através de um rigoroso estudo do passado, o Brasil não foi nem poderia ter sido feudal em qualquer momento, dado que o próprio movimento de colonização foi marcadamente capitalista, pois integrado às determinações econômicas da metrópole. Daí se origina o conceito central em sua obra de “Sentido da colonização”. Em seguida, cotejei as ideias de nosso autor a esse respeito com a de diversos autores, na intenção tanto de contextualizar sua posição quanto de explorar alguns desdobramentos da mesma.

Penso que o debate com o PCB poderia também ser compreendido nos seguintes termos: em que medida a teoria revolucionária é transponível para outras realidades históricas, ou seja, universal? Evidente que o que Caio Prado criticava era a transposição mecânica. Mas, ao enfatizar a necessidade absoluta de uma leitura da realidade brasileira, ao passo que a maioria da intelectualidade de seu partido insistia em uma aplicação mais imediata do que entendiam ser os preceitos marxistas, não é difícil enxergar o debate resumido em dois polos, ainda que, para fins práticos, levados aqui ao extremo: aqueles que acreditam que a teoria revolucionária é transponível, e aqueles que crêem na necessidade da teorização específica para cada realidade local. Uma solução equilibrada seria, por exemplo, considerar casos nacionais no interior de um contexto político, social, econômico e histórico mais amplo, por exemplo a partir da categoria de “países periféricos”. Daí a viabilidade de teorias que, ao mesmo tempo que consideram a realidade específica da periferia capitalista e de seu processo de formação, também reconhece certa homogeneidade, algum nível de compartilhamento de características entre os países ditos periféricos, tais como as da CEPAL, a teoria marxista da dependência, o marxismo anticolonial, entre outros.

Por fim, faço notar um dado apenas secundário aos objetivos deste texto, mas importante caso queiramos compreender a dimensão da querela em toda sua magnitude. Note-se que há uma característica bastante particular do debate acerca da teoria da revolução, que afinal é do que se trata o referido debate: ela não se destina a produzir um conhecimento meramente acadêmico, guiado pela ideia de saber pelo saber, mas diz respeito, isso sim, a uma análise do passado, com o fim de compreender o presente, e tendo como perspectiva a construção de um futuro. Em outras palavras, tal discussão intelectual possui uma finalidade marcadamente concreta, cuja função é guiar a ação política, objetivando a transformação material da realidade.

Assim, diferentes diagnósticos da realidade brasileira implicam, necessariamente, em diferentes estratégias políticas. Os textos de *A questão agrária no Brasil* são especialmente ilustrativos nesse sentido, pois mostram como as reflexões conduzidas em *A revolução brasileira* a respeito do debate acerca da situação agrária servem para embasar uma estratégia política a ser adotada na prática. No caso, a defesa de uma reforma que defenda a melhora nas condições de trabalho dos trabalhadores agrários, em lugar de uma estratégia de redistribuição de terras, como defendia o PCB.

Tanto é assim que, embora me pareça tese extremada, de acordo com Mendes, ao contrário do que vê a historiografia em geral, o debate entre Prado Jr. e PCB não seria uma discordância sobretudo teórica, mas sim motivada por distintas visões políticas. Em outras palavras, na medida em que “[...] [a] própria interpretação [...] já constitui a expressão de uma maneira particular de quem a elabora colocar-se diante das questões da sua época”⁷², seria a perspectiva política, em primeiro lugar, que determina a leitura do passado, e não o inverso.

Não estou convicto que valeria a pena dedicar muitos esforços a fim de determinar se é a visão política que conforma a teoria ou se, ao contrário, é a teoria que conforma a visão política. Me parece que o essencial, e se contribui com este objetivo então considero este texto bem-sucedido, é entender a necessária dependência entre esses dois polos: não pode existir ação política sem uma sólida teoria revolucionária a embasá-la, mas tampouco poderia existir teoria revolucionária sem uma ação política que lhe dê concretude.

REFERÊNCIAS:

Obras gerais

ANDERSON, K.B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRANDÃO, O. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, n. 16, 2007, p. 75-107.

DÓRIA, C.A. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, J.Q. de. ROIO, M. del (orgs.). *História do Marxismo no Brasil - Vol. 3 - Teorias. Interpretações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 245-297.

GISSONI, L.B. O marxismo e o debate sobre os modos de produção no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Escrita da História*, v. 6, n. 12, p. 113-152, 2019.

GUIMARÃES, A.P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1968].

⁷² MENDES, 2013, p.202.

HIRANO, S. *Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: EDUSP, 2008.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KUCHENBUCH, L.; MICHAEL, B. Estructura y dinámica del modo de producción “feudal” en la Europa preindustrial. *Studia Historica Historia Medieval*, Salamanca, v. 4, p. 7-57, 1986.

LACERDA, F.C. de. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, São Paulo, n. 1, 1998, p. 73-80.

MARIÁTEGUI, J.C. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2011.

MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos econômico-filosóficos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, R.M. *Ruy Mauro Marini, Vida e Obra*. STEDILE, J.P; TRASPADINI, R. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MENDES, C.M.M. A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político, Maringá, *Notandum*, n°. 32, p. 199-212, 2013.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, P.R. de. *Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna: estudo sobre a acumulação primitiva de capital*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2018.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, L.O. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, J.Q. de. ROIO, M. del (orgs.). *História do Marxismo no Brasil - Vol. 4 - Visões do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 11-72.

SODRÉ, N.W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

Recebido em: 13/04/2022 – Aprovado em: 03/08/2022